

Na véspera do 1º de maio, VIOLÊNCIA CONTRA O DIREITO CONSTITUCIONAL DE GREVE

Todos os servidores são atingidos, grevistas e não-grevistas. Compareça ao ato público em defesa do direito de greve e da democracia: segunda-feira, 03 de maio, 14h30, em frente ao STJ. Não vamos nos intimidar!

Na sexta-feira, 30.04, véspera do Dia do Trabalho, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), acatou pedido de liminar do governo ordenando o fim da greve da área ambiental valendo-se de argumentos inconstitucionais e inaceitáveis. Afirma que os servidores não poderiam fazer greve porque o acordo de 2007 com o governo ainda está em vigor e gerando efeito em razão da previsão de uma última parcela em 2010.

Essa é uma fantasia construída pelo Ministério do Planejamento com o método do amálgama: a mistura de uma verdade com uma mentira. O STJ engoliu de pronto o amálgama sem ouvir ninguém, ordenou o fim da greve, sem qualquer amparo legal e constitucional, sob pena de multa diária de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser dividida pela Condsef e pela Asibama Nacional.

Ora, a reivindicação da greve do meio ambiente é a reestruturação da carreira com

efeitos somente para 2011. Não tem a ver com a parcela de 2010. E, mais, todos sabem que para uma reestruturação ocorrer em 2011 ela tem que ser encaminhada ao Congresso até 3 de julho de 2010. Além de violentar o direito de greve, a decisão do STJ pretende impor reajuste zero em 2011.

A greve ambiental resulta justamente do descumprimento pelo governo de partes fundamentais do Termo de Compromisso de 2007. Ele previa que um Grupo de Trabalho iria elaborar "propostas de revisão da carreira no período de maio a novembro de 2008" (Cláusula 3ª). Isso não ocorreu. Previa também que o mesmo GT iria "debater a proporcionalidade entre vencimento básico e gratificação de desempenho para o exercício de 2010" (parágrafo único). Isso também não ocorreu.

Em 2 de fevereiro de 2010 o Planejamento propôs, formalmente, um calendário de quatro reuniões para negociar as reivindicações dos servidores, contidas no Aviso Ministerial 238, de 5 de novembro de 2009 do Ministro

Carlos Minc. São essas as negociações que se frustraram e levaram à greve.

Hoje, por força de julgamento do Supremo Tribunal Federal, de 2009, a greve dos servidores é regida pela mesma lei do setor privado (7.783/89). É uma contradição pois essa lei se baseia na celebração de acordo coletivo de trabalho que o mesmo STF havia negado aos servidores nos idos de 1990. De qualquer maneira, a aplicação dessa lei, não pode, jamais, implicar no cerceamento ou impedimento do exercício do direito de greve, sob pena de violação frontal à Constituição.

Os procedimentos da Lei 7.783/89 foram todos cumpridos pelos grevistas.

Mas ao acatar o AMÁLGAMA (verdade + mentira) do Planejamento, o que o Superior Tribunal de Justiça está fazendo é uma afronta à Constituição e à democracia, pois o direito de greve é um de seus pilares.

Os servidores não vão se intimidar e levarão a questão ao Supremo Tribunal Federal.

Lula: determine ao Planejamento que negocie em vez de aniquilar o direito de greve

A razão de todas as greves é uma só: a posição do governo que diz que não vai proceder a reajustes em 2010 porque a lei não permite e que para 2011 não pode para não gerar despesas para o próximo governo. Essa é exatamente a posição dos priva-

tistas, dos defensores do "estado mínimo" que querem destruir os serviços públicos. Coerente com essa posição, o MPlanejamento tenta aniquilar o direito de greve. Em mesa, chegou a dizer as greves são "desnecessárias" e "não levam a nada". Esquecem que foi

o movimento social, as greves!, que conquistaram a democracia e levaram à eleição de um governo que os nomeou para os cargos que ocupam. A tarefa do conjunto dos servidores é reforçar e estender as greves para mudar a posição do governo.

STJ proíbe governo de cortar o ponto no MTE

Em decisão de 28.04.10, referente ao MTE, o ministro Mauro Campell assinala que é "grave a determinação de corte de ponto determinada por diretoria financeira do MPOG como medida sancionadora à adesão de movimento paredista que me afigura

legítima". Na sua análise, o ministro constata que o governo descumpriu acordos e conclui proibindo o corte de ponto até a decisão final da medida cautelar. A situação é a mesma em todos os demais setores e a mesma decisão precisa ser estendida a todos.

Isto é a mídia

Vinte e quatro dias de intensa greve dos servidores do MMA-Ibama-Instituto Chico Mendes-Serviço Florestal Brasileiro à qual se soma MTE, FNDE, INEP, SPU, mais INCRA e CNPq e nenhuma notícia na grande mídia. Mas bastou o STJ atacar a greve do meio ambiente para a Globo correr e noticiar, aumentando a pressão para destruir o direito de greve. A mesma mídia também não noticiou a vitória conseguida pelos servidores no mesmo STJ que proibiu o governo de cortar o ponto na greve do MTE.

Lula manda agendar audiência com Planejamento

No dia 30.04, um grupo de demitidos do Governo Collor, acampados há 36 dias em frente ao Palácio da Alvorada, cercou o presidente Lula que, após ouvir um breve relato da situação, determinou a um assessor que marcasse uma audiência com o ministro Paulo Bernardo até a terça-feira, dia 04.05.

Organizados pelo Sindsep-DF, eles querem a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei 5.030/09, que reabre o prazo para a anistia (Lei 8.878/94), ou edição de uma medida provisória, cuja minuta foi entregue ao presidente. Diariamente, cerca de 30 demitidos



ficam no acampamento. À tarde, o acampamento recebeu a visita da deputada distrital Érika Kokay

(PT/DF) e da presidente da CUT/DF, Rejane Pitanga. Leia mais em www.sindsep-df.com.br.

Mais uma conquista dos servidores

No dia 21.04, o secretário de Saúde do DF, Joaquim Carlos de Barros Neto, assinou o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que autoriza o retorno de 162 servidores da Funasa ao combate à dengue, os quais passarão a receber a Indenização de Campo no valor de R\$ 990,00. A conquista é fruto da unidade dos servidores e das muitas reuniões com parlamentares e integrantes do GDF. No dia 20.04, o Sindsep-DF, a Seção Sindical e a Comissão de



Servidores que recebem a Gacen/Gecen, se reuniram com o distrital Dr. Charles (PTB-DF) para discutir o

TAC e a extensão das 30 horas para os servidores que recebem a Gacen/Gecen.

Lula, salve os Correios e não assine a MP

O Sindsep-DF, em apoio à luta dos trabalhadores dos Correios desaprova medida provisória de autoria do ex-ministro das Telecomunicações, Hélio Costa (PMDB), que tem como interesse transformar a entidade em Sociedade Anônima. Participe também desse movimento. Acesse no www.sindsep-df.com o

abaixo assinado organizado pelos ECTistas que pede ao presidente Lula que não assine a MP. O documento também quer que a Federação dos Correios e a CUT sejam ouvidos no processo de decisão sobre o futuro da estatal. Os trabalhadores lembram ainda a importância histórica da ECT para o povo

brasileiro, criticando a proposta de capital descrita na MP e a não realização de concursos públicos. Os Correios enfrentam um déficit de 10 mil vagas de trabalho, o que segundo seus funcionários contribui para uma má prestação dos serviços postais e, principalmente, para o sucateamento da estatal.

Eleição para membros do Conselho Fiscal

Acontece de 17 a 19 de maio, as eleições para conselheiros titulares e suplentes representantes dos assistidos do Ministé-

rio da Saúde inscritos na GEAP que integrarão o Conselho Fiscal (Confis) da entidade. Servidor, participe!

Mês de mobilização pela equalização

O mês de maio será de muita movimentação para os servidores da Fazenda. Na quarta, dia 05.05, deve ser votada na Câmara a MP 479/09. Dia 07.05, sexta, o Denfa/Condsef se reúne com o Planejamento para discutir as pendências do PECFAZ. No dia 12.05, acontece audiência pública na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público para discutir a equalização salarial

entre o PECFAZ e o Seguro Social. A Seção Sindical relacionará os servidores que desejarem assistir à audiência para que o Sindsep-DF possa transportá-los. Participe!

A Seção agradece ao deputado Mauro Nazif, que foi o primeiro parlamentar a registrar requerimento na Câmara solicitando o arquivamento do PLP 549/09, que congela o salário dos servidores por dez anos.

Trabalhadores do asseio e conservação conquistam reajuste

Em decisão divulgada dia 29.04, o Ministério Público do Trabalho acatou as solicitações dos trabalhadores terceirizados da área de asseio, conservação e prestação de serviço, que estavam em greve há quatro dias. O déficit salarial da categoria com relação aos reajustes do salário mínimo nos últimos anos foi o fator decisivo para que o MPT se manifestasse favorável aos trabalhadores que estavam diante de impasse nas negociações com os representantes patronais.

A decisão foi recebida com entusiasmo pela categoria e garantirá aos trabalhadores reajuste de 10% retroativo a 1º de abril; auxílio ali-

mentação no valor de R\$ 13,00/dia; manutenção de todas as cláusulas da atual Convenção Coletiva do Trabalho; piso salarial de R\$ 561,00 e o compromisso das empresas de pagamento do salário e a não-aplicação de qualquer punição aos trabalhadores que participaram da greve entre 26 e 29.04.10.

O sucesso do movimento foi possível graças à disposição de luta dos trabalhadores que aderiram massivamente à greve, que contou com o apoio da CUT-DF e de seus sindicatos filiados como Sindsep-DF, Bancários, Rodoviários, Vigilantes, Sintfub, Sindclubes, Sindser, Sindnações, Sindjus, dentre outros.



Sindsep-DF tem contas do exercício 2009 aprovadas

Assembleia-geral do Sindsep-DF, dia 28.04, aprovou por unanimidade a prestação de contas do exercício 2009 e as recomendações do Conselho Fiscal (disponível no www.sindsep-df.com.br). Também foi aprovada a doação dos bens inseríveis ao sindicato para entidades beneficentes, a critério da diretoria. Foi deliberada ainda a doação do veículo Toyota (Placa JFB 2170) para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Distrito Fe-



deral, devendo o veículo ser entregue somente após a transferência da documentação junto ao Detran. A assembleia contou

com a participação do advogado e do contador do Sindsep-DF, Dr. Ulisses Borges e Geraldo Ney, respectivamente.

Aposentados e Pensionistas

Súmula da AGU ainda não garante paridade nas gratificações de desempenho

A pedido da Secretaria de Aposentados e Pensionistas do Sindsep-DF, a assessoria jurídica do sindicato, em parecer datado de 29.04, esclarece que os resultados da Súmula nº 49 (publicada no DOU de 19.04) não são imediatos. Apesar da Advocacia-Geral da União (AGU) reconhecer que os aposentados e pensionistas de 48 carreiras (integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE) têm direito de receber a mesma proporcionali-

dade paga aos servidores ativos na Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte (GDPGTAS), a súmula não tem efeito vinculante. Ou seja, nem mesmo os próprios advogados da União estão obrigados a obedecê-la.

Na verdade, a decisão de pagar a diferença percentual de 30%, referente ao valor recebido pelo ativo (80%) e o aposentado/pensionista (50%), continua a cargo do Ministério do Planejamento. Na prática,

o que a súmula pode acarretar é uma eventual redução no número de recursos interpostos pela AGU nas ações que reconhecem o direito à paridade nas gratificações de desempenho. É importante ressaltar que a súmula não reconhece todo o direito dos aposentados à paridade, pois ela restringe o entendimento à substituição de uma gratificação por outra. A GDPGTAS foi instituída em julho de 2006 e extinta em janeiro de 2009.

Vem aí o 6º seminário dos Aposentados e Pensionistas

De 13 a 16 de maio, a Secretaria de Aposentados e Pensionistas do Sindsep-DF realiza o 6º Seminário

do setor, em Caldas Novas/GO. Cerca de 150 pessoas, entre delegados eleitos em assembleia realizada no au-

ditório Francisco Zóccoli, dia 16.04, e diretores do Sindsep-DF, devem participar do evento.

Sindsep convoca servidores para regularizar documentos

Os servidores abaixo relacionados devem entrar em contato com a Secretaria de Assuntos Jurídicos o mais rápido possível para entregar documentos pendentes necessários ao

levantamento do Repasse de Pequenos Valores (RPVs) referente ao processo Plano de Seguridade Social (PSS) nº 1998.34.00.02415-0. Contatos pelo 3212-1900 (Secretaria Jurídica).

- Neuza Marques de Paula - Procuração
- Antônia Gedy Simões Dutra Correa - Procuração
- Guybson Freire Vieira - Procuração
- Daniel Ângelo Rodrigues Costa - Procuração
- Mário de Sousa e Silva Coutinho Junior - número do CPF
- Marconio Ferreira Porto - número do CPF

MSaúde/Funasa

Ato pela reestruturação da CPST

Em assembleias dias 27 e 28.04, os servidores do Ministério da Saúde e da Funasa, respectivamente, aprovaram a realização de um ato nesta quarta-feira, dia 05.05, às 10h, em frente à portaria principal do Ministério da Saúde. O objetivo é pressionar o ministro José Gomes Temporão a intermediar as ne-

gociações com o Ministério do Planejamento para a reestruturação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (CPST).

A mobilização também é uma preparação dos servidores da Saúde e da Funasa para um possível ingresso na greve, caso as reivindicações dos servidores não sejam atendidas.



27.04: assembleia dos servidores do MSaúde aprova ato dia 05.05

Funai

Cem anos de indigenismo

Nesta quarta-feira, dia 05.05, às 10h, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal realiza uma audiência pública sobre os 100 anos do indigenismo e o Decreto 7.056/09. Leia mais em www.sindsep-df.com.br.

AGU

Governo promete apresentar proposta esta semana



29.04: vigília dos servidores da AGU para acompanhar reunião com o MPlanejamento

Na reunião do dia 29.04, a SRH/MPlanejamento se comprometeu a agendar uma nova reunião ainda esta semana para apresentar uma proposta concreta aos servidores da Advocacia-Geral da União (AGU). O setor não descarta a perspectiva da greve, caso o governo não honre o compromisso. No dia 26.04, o advogado-geral da União, Luis Inácio Lucena Adams, recebeu o Sindsep-DF para discutir o andamento das negociações do Plano de Carreira entre o órgão e o Planejamento. Leia íntegra no www.sindsep-df.com.



26.04: reunião dos servidores com o advogado-geral da União, Luis Inácio Lucena Adams

Diário da Greve

Por que os servidores estão em greve?

MMA/Ibama/Instituto Chico Mendes/SFB

Em diálogo com o governo desde 2002, os servidores da área ambiental buscam a reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e a transposição dos agentes administrativos do PGPE para o Pecma. Em 2004 foi criado um GT que discutiu a questão e, em 2009, o ministro Carlos Minc encaminhou ao Planejamento uma proposta consensuada, o que reabriu as negociações. Mas, em 2010, a SRH suspendeu as discussões do reajuste salarial, o que

resultou no início da greve em 07.04. Enquanto carreiras que desempenham atividades correlatas, como do DNPM, DNIT, Analistas de Infra-Estrutura e Fiscais Agropecuários, usuárias de recursos naturais, estão em um patamar adequado, a carreira que cuida do meio ambiente, do seu uso de maneira racional e possibilita o desenvolvimento de maneira adequada, está defasada e congelada, sem investimentos, o que ameaça o cumprimento da sua missão.



SPU

Os servidores da SPU entraram em greve dia 19.04, depois que o Planejamento rompeu negociações que se arrastavam desde julho

de 2007, quando o governo firmou acordo para a instalação de um Grupo de Trabalho (GT) ainda em 2007. Mas o GT só foi consolidado no segundo semestre de 2009. O setor reivindica Plano de Carreira, reajuste da GIAPU e uma gratificação de permanência extensiva a todos os servidores efetivos, requisitados, celetistas e anistiados do órgão.



INEP

Os servidores do INEP negociam o atendimento de suas reivindicações desde maio/09. Em dezembro/09, o governo acordou um calendário reuniões como forma de evitar a greve, com início em 11.01.10 e término em 31.03.10. No entanto, vários encontros foram remarcados e o encerramento estendido para 23.04.10. Na última

reunião, o Planejamento recuou em pontos já consensuados, o que levou ao início da greve, em 26.04. O instituto é um órgão de excelência na pesquisa para a formulação de políticas educacionais, é responsável pelo levantamento de dados sobre a educação brasileira e pela avaliação da educação básica e superior no país.



FNDE

Em 04.12.09, os servidores do FNDE suspenderam a greve iniciada em 30.11.09, após assinatura de Termo de Compromisso em que a direção do órgão validou as reivindicações da categoria como coerentes e legítimas e se comprometeu a defendê-las. Em 15.12.09, o Planejamento propôs uma agenda de reuniões com início em 12.01.10

Incra

Em 2007, o governo assinou um Termo de Acordo com os servidores do Incra para discutir e encaminhar a reivindicação de isonomia e reestruturação das carreiras. Como isso não aconteceu, em novembro/09, a direção do Incra encaminhou ao Planejamento uma proposta consensuada com os servidores. Em fevereiro/10, o governo desmarcou sem nenhuma justificativa as reuniões agendadas para negociar com o setor. A greve começou em 29.04. Com isto, ficam parados



e término em 05.02.10, prazo que foi prorrogado para 30.03.10 e depois

23.04.10, sem resultar, no entanto, no cumprimento do acordo.



ou com pouca atividade os serviços de assentamento de famílias, regularização fundiária na Amazônia Legal, Certificado de Cadastro de Imóvel Rurais (CCIR), georreferencia-

mento, assistência técnica, regularização de áreas quilombolas, entre outras atividades específicas do Incra. Uma reunião está agendada para a quarta-feira, dia 05.05.

CNPq

Em 2008, o governo assinou um termo de compromisso para reestruturar a tabela remuneratória da Carreira da Ciência e Tecnologia em 2010, mas as negociações foram interrompidas sem nenhuma justificativa. A categoria aprovou em assembleia, dia 29.04, o início da greve na próxima quarta-feira, dia 05.05, caso o governo não apresente uma proposta satisfatória na reunião de negociação marcada para o dia 04.05.



MTE

A greve atinge 17 estados, alguns há mais de 20 dias. Dia 29.04, a categoria comemorou liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que determina a suspensão do corte do ponto e a abstenção de registros nos assentamentos funcionais dos servidores. Em 2009, após 25 dias de greve, o governo se comprometeu discutir o plano de car-



reira até 22.02.10, com sua transformação em lei

ainda este ano e impacto financeiro em 2011.

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP-DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Ada Regina, Carlos Henrique, Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Madalena Azevedo, Oton Pereira Neves, Filho, Roberto Glauber, Jornalista Responsável: Giselle do Valle – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 15.000 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para imprensa@sindsep-df.com.br